

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

No escuro

A reunião de ontem entre Lula, líderes e vice-líderes da Câmara vem sob medida para distribuir tarefas e conhecer a real situação da base aliada. Só tem um probleminha: eles também não sabem ao certo com quantos votos o governo poderá contar.

Escolhas difíceis

O governo tem pronto o discurso para tentar garantir a aprovação dos impostos sobre combustíveis. Se não for assim, não terá dinheiro para as emendas orçamentárias. Elas podem até ser de liberação obrigatória, mas não podem estar acima do pagamento de salários, aposentadorias e programas sociais.

Porteira aberta

Não são apenas os ministros do MDB que enfrentam dificuldades em nomear o segundo escalão de suas pastas. A eles, conforme antecipou a coluna, soma-se o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O PT quer parte dos cargos.

Expectativa e realidade

O governo ouviu a proposta de 13,5% de reajuste linear, a partir de hoje, pedido pelos fóruns dos servidores públicos federais. Mas, resposta mesmo, só na sexta-feira. Há boa vontade na área da gestão, de ampliar o percentual inicial proposto pelo governo, mas, na Fazenda, a ideia é ficar nos 7,8% oferecidos.

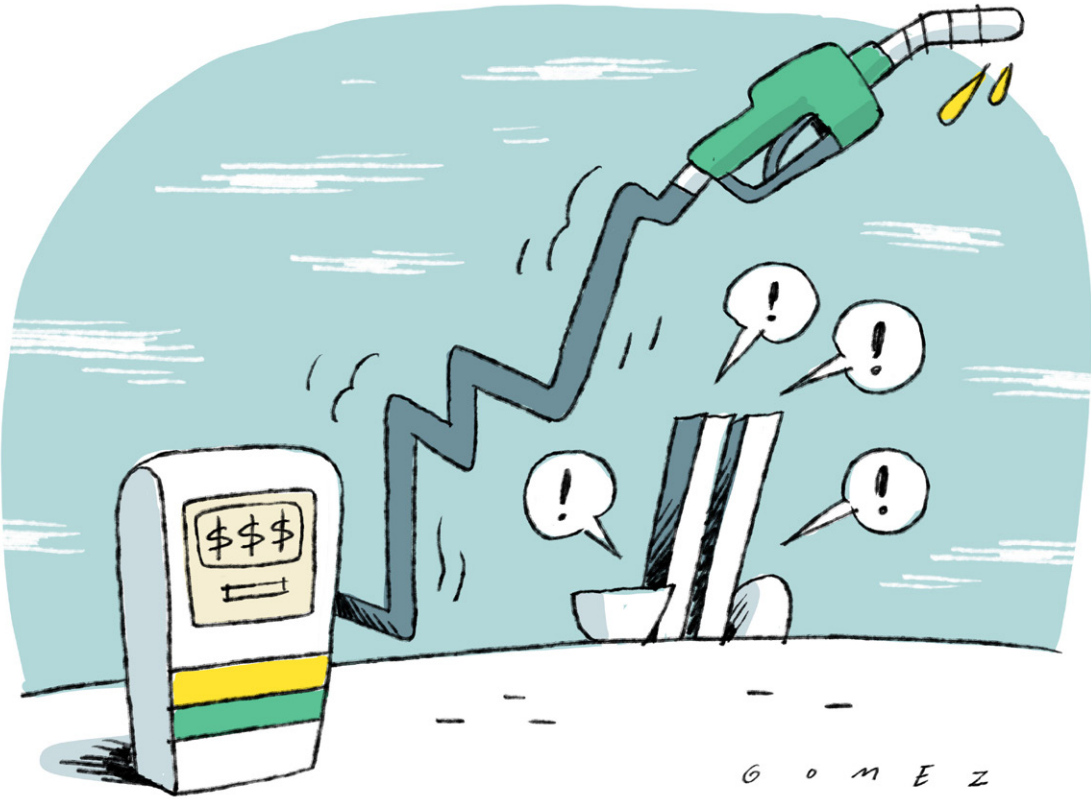
Esqueceram deles

Nesse processo de discussão do preço dos combustíveis e os impostos correlatos, os líderes partidários e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ficaram de fora. E, ainda por cima, viram como uma “bomba” o fato de deixar para os congressistas decidirem entre a “cruz e a espada”, ou seja, manter a cobrança do imposto sobre o óleo cru ou subir ainda mais o imposto sobre gasolina e etanol.

Nesse cenário, não há certeza de que a decisão do governo sobre os combustíveis será seguida à risca pelo Parlamento. O PT, aliás, queria manter os combustíveis desonerados até o final do ano porque considera que havia, no ano passado, praticamente

um consenso entre os deputados e senadores nessa direção. E como o perfil do Congresso não mudou muito, a tendência é um mar de dificuldades para sustentar a decisão do governo tal e qual foi apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Lira só retoma as conversas políticas hoje. E chega sem nenhum comprometimento em seguir no caminho de um imposto sobre combustíveis ou um imposto sobre exportação e óleo bruto. Sem apito no governo, o deputado alagoano tem voz de comando na Câmara, onde jogará o jogo da maioria. Não necessariamente o jogo do governo.



CURTIDAS

Saíram na hora certa/ Aliados do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) consideram que ambos fizeram o melhor caminho ao optar pela política. Da tribuna, os dois podem perfeitamente defender o trabalho da Lava-Jato e, de quebra, evitaram o destino de Marcelo Bretas, hoje em total derrocada.

Insistente/ O presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamoto, não desistiu dos movimentos para tentar catapultar Carlos Melles da Presidência do Sebrae. Melles foi eleito para um mandato que só termina em 2026. Okamoto não se conforma de perder o pote de ouro que representa essa instituição.

Sossega aí/ Dentro do governo, há quem defenda deixar Melles quieto no Sebrae. Afinal, se o governo quiser maioria sólida, precisa agregar apoios e não criar mais adversários.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



E os militares, hein?/ A fala do comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, sobre “infelizmente” houve um resultado eleitoral diferente do que a maioria dos militares esperava, foi totalmente tirada de contexto, conforme relatos dele ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro (foto) — que ouviu e mandou seguir o jogo. A ordem é pacificar as Forças e não aticar ainda mais as brasas que restam acesas.

JUDICIÁRIO

CNJ afasta juiz da Lava-Jato

Por 12 a 3, Marcelo Bretas deixa a 7ª Vara Federal Criminal do Rio por suposta parcialidade na condução de processos

» LUANA PATRIOLINO

O juiz Marcelo Bretas foi afastado, ontem, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do comando da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro por suposta parcialidade na condução dos processos da Operação Lava-Jato. Por 12 votos a 3, o colegiado julgou procedentes os três processos disciplinares abertos contra o magistrado, cujo posto será ocupado pela juíza substituta da vara, Caroline Vieira, até o desfecho do caso.

Todas as ações estão sob sigilo e, por isso, a sessão não foi transmitida ao público. A primeira ação, relatada pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, aponta que o CNJ encontrou dados em computadores corporativos de Bretas que dão indícios de supostas “deficiências graves dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registros”.

O processo foi aberto a partir de um relatório da Corregedoria Nacional de Justiça, produzido com base na correição que foi feita no gabinete de Bretas por um grupo coordenado pelo

Reprodução/Instagram



Bretas feriu um dos princípios da magistratura: o da discricão. Frequentemente se expunha nas redes sociais

desembargador Carlos Vieira von Adamek. Outra reclamação é da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que com base em uma delação do advogado criminalista Nythamar Dias Ferreira Filho, publicada pela revista *Veja*, questionou três acordos de colaboração premiada celebrados

pela Procuradoria-Geral da República.

Para a OAB, Bretas e a PGR negociaram penas, orientaram advogados e combinaram estratégias. Com isso, o juiz teria violado os deveres de imparcialidade, tratamento urbano com as partes, entre outras infrações

previstas no artigo 35 da Lei Orgânica da Magistratura — culminando, inclusive, em desrespeito às prerrogativas dos advogados.

“A OAB considera que o afastamento é a medida correta por causa da gravidade das alegações e para que os fatos sejam apurados de forma correta e isenta.

Inclusive, a OAB é autora de uma das reclamações contra o magistrado no CNJ. Vamos acompanhar com muita atenção o desdobramento do caso”, disse o presidente nacional da OAB, Beto Simonetti ao **Correio**.

A terceira reclamação foi ajuizada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD). Ele afirma que Bretas atuou para prejudicá-lo na disputa eleitoral para o governo do Rio de Janeiro, em 2018, com o objetivo de favorecer o ex-governador Wilson Witzel — cassado em 2019. Apesar do afastamento de suas funções pelo CNJ, a remuneração do juiz será mantida até que o processo seja concluído.

Fama

Bretas ficou famoso por ter conduzido processos da Lava-Jato no Rio de Janeiro, como o que condenou o ex-governador Sergio Cabral. O juiz também chamou atenção por ter demonstrado excesso de proximidade com parlamentares próximos ao ex-presidente Jair Bolsonaro e seus filhos.

O juiz tinha sido punido por superexposição e autopromoção no passado, conduta que

é vedada a um magistrado. Há poucos dias, Bretas publicou em uma rede social foto confraternizando ao lado do governador do Rio, Cláudio Castro, no Carnaval deste ano — mas apagou a postagem após as críticas. Há, ainda, a suspeita de que ele teria ido à posse de Bolsonaro, em 2019, de carona no jatinho de Witzel, à época recém-eleito governador do estado.

Após o CNJ afastar Bretas, a defesa de Sergio Cabral afirmou que vai abrir novos recursos nos mais de 10 processos em que o magistrado decidiu sobre o ex-governador do Rio de Janeiro. O objetivo é usar argumento semelhante ao da defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR) — o de imparcialidade — para anular os processos. O Ministério Público Federal (MPF) denunciou Cabral em 37 ações penais, sendo 35 da Lava-Jato.

O ex-governador cumpre pena em casa depois que a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu derrubar a prisão preventiva. Cabral foi preso em 2016 e era o único político ainda encarcerado por conta dos desdobramentos da Lava-Jato.

Deltan pede à PF investigação do novo titular da operação

Com o ex-chefe da velha Operação Lava-Jato, o hoje deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR), à frente, um grupo de parlamentares enviou ao diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos, requerimento para abertura de inquérito sobre suposta doação eleitoral para a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em nome do

juiz Eduardo Fernando Appio, novo titular da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. O magistrado, sucessor de Luiz Antônio Bonat e Sergio Moro no juízo que foi base da Lava Jato, já foi alvo de ataques públicos de Deltan por críticas aos métodos da extinta operação. O ex-chefe da força-tarefa chegou a atribuir a Appio alinhamento com um programa

ideológico de “esquerda”.

Agora, no centro da notícia crime assinada por Deltan e outros seis deputados, estão registros, no sistema de divulgação de contas de campanhas eleitorais de 2022, de duas doações em nome do juiz Eduardo Appio — uma de R\$ 13 para a campanha de Lula e outra de R\$ 40 para a da deputada estadual Ana Júlia Ribeiro (PT).

Appio negou os repasses publicamente, em diferentes ocasiões. Para o grupo de parlamentares capitaneado por Deltan, é necessário apurar suposta “doação eleitoral fraudulenta realizada em nome de terceiros, sem seu (do magistrado) consentimento, a revelar um possível esquema de utilização de interpostas pessoas (‘laranjas’) para

financiamento coletivo de campanhas eleitorais em benefício de candidatos do Partido dos Trabalhadores”.

À PF, os deputados pedem a investigação de eventuais crimes de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica com uso do nome de Appio, “já que a suposta doação pode ser usada para lançar dúvidas sobre a imparcialidade

da atuação do juiz e da própria Justiça Federal”.

Assinam o documento encaminhado à PF, além do ex-chefe da Lava-Jato, os deputados Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), Mauricio Marcon (Podemos-RS), Luiz Lima (PL-RJ), Pedro Aihara (Patriota-MG) e Joaquim Passarinho (PL-PA).